

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.447 - MG (2019/0046359-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : JOSE CARLOS GOMES DOS SANTOS JUNIOR (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por JOSE CARLOS GOMES DOS SANTOS JUNIOR contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento do HC n. 1.0000.18.107805-6/000.

O paciente foi preso em flagrante em 18.8.2018 pela suposta prática do delito tipificado no art. 155, *caput*, c.c. o art. 14, inc. II, ambos do Código Penal (furto tentado). A referida custódia foi convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão que restou assim ementado, *in verbis*:

EMENTA: HABEAS CORPUS - FURTO NA MODALIDADE TENTADA - TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL - PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA - IN APLICABILIDADE - RELAXAMENTO - ILEGALIDADE DA PRISÃO - INEXISTÊNCIA - AUSÊNCIA DE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA - PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO - PRISÃO DECRETADA DE OFÍCIO - INOCORRÊNCIA - PRISÃO PREVENTIVA - REVOGAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - REITERAÇÃO NA PRÁTICA DELITIVA - PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - ORDEM DENEGADA.

1. O trancamento da ação penal por meio de Habeas Corpus é medida excepcional, que somente pode ocorrer quando a ausência de justa causa para o prosseguimento da ação for incontestavelmente demonstrada, seja pela comprovação da existência de alguma excludente de tipicidade, pela extinção da punibilidade ou pela inexistência de prova da materialidade ou de indícios de autoria.

2. Não tendo a parte impetrante comprovado que a inexistência de audiência de custódia gerou prejuízo ao paciente, não há que se falar em constrangimento ilegal.

3. Nos termos do art 310 do CPP, o juiz, ao receber o auto de prisão em flagrante delito, deve, de maneira fundamentada, e independentemente de oitiva previa ou pedido do Ministério Público, relaxar a prisão ilegal ou converter a prisão em flagrante em preventiva,

quando presentes os requisitos constantes do art 312, do CPP, e as medidas cautelares diversas da prisão se mostrarem inadequadas ou insuficientes, ou, ainda, conceder liberdade provisória, com ou sem fiança.

4. A reiteração em condutas delituosas impede a revogação da prisão preventiva, diante da inequívoca demonstração da propensão à prática criminosa e de desprezo pela ação punitiva estatal, justificando a necessidade da segregação cautelar como forma de garantia da ordem pública e aplicação da lei penal. (fls. 114/115)

No presente recurso, alega ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Pondera se tratar de conduta atípica, motivo pelo qual pretende o trancamento da ação penal ou ao mínimo, o reconhecimento da insignificância da conduta, absolvendo-se o paciente.

Requer, assim, em liminar, a suspensão da ação penal e a concessão da liberdade provisória ao acusado, no mérito, a *"concessão da ordem, para declarar a atipidade material da conduta e absolver o recorrente, com o reconhecimento da ausência de justa causa para a persecução penal pela aplicação do princípio da insignificância; por conseguinte, determinar o trancamento da ação de autos nº 0060622-58.2018.8.13.0040, que tramita perante a 5ª Vara Criminal da comarca de Araxá/MG; expedir o competente alvará de soltura, para que o recorrente defenda em liberdade, até o trânsito em julgado de eventual sentença condenatória; arquivar e baixar os registros do feito nos bancos próprios do TJMG e SEDS/MG"* (fl. 147).

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

